



Resenha

De Mnemosyne à tecla save: memória, escrita e esquecimento

GAGNEBIN, Jeanne-Marie.

Lembrar escrever esquecer.

São Paulo: Ed.34, 2006.

Em seu belo e instigante livro, intitulado *Lembrar escrever esquecer*, a filósofa Jeanne Marie Gagnebin reativa, oportunamente, o sentido grego da noção de cultura, presente na *Odisséia*: cuidar da memória dos mortos em favor dos vivos (p. 27), por amor e atenção aos vivos (p. 105). Para isso, tece uma rica rede de interlocutores, que atravessam tanto o campo da filosofia (passando por Adorno, Benjamin, Platão, Ricoeur) quanto o da literatura (dentre outros, Homero, Kafka, Proust, Brecht), convocando ainda algumas noções caras à psicanálise freudiana (“elaboração”, “perlaboração”, “trabalho de luto”). A partilha mesma entre filosofia e literatura, aqui subentendida, é agudamente discutida e posta em questão no livro, o que também se reflete no fértil diálogo estabelecido pela autora entre esses campos, cuja divisão não deixa de ter implicações políticas e filosóficas.

Cabe inicialmente enfatizar que o livro de Jeanne Marie Gagnebin não se limita a apontar para as tensas e complexas relações estabelecidas, na tradição ocidental, entre memória, escrita e esquecimento, mas se organiza como um pensamento em ato, *fazendo aquilo que diz*, e isso pelo menos em um duplo sentido. Por um lado, ao *lembrar* textos e perspectivas que, em tempos de hiperaceleração, na atual cultura da imagem e do espetáculo, tendem a se apagar de nossa memória sobrecarregada e tendencialmente lacunar, cada vez mais reduzida a uma visão informacional, computacional do cérebro. Por outro lado, ao apostar na escrita como rastro, seguindo os passos de Benjamin – autor de que é grande leitora e especialista –, em favor de uma memória que não se confunda com indigestões historicistas, como também queria Nietzsche.

O conceito de memória que vai se construindo ao longo dos capítulos remete a uma “fidelidade ao passado” em favor de uma “transformação do presente” (p. 55), em um firme e explícito compromisso ético e político com relação ao narrar e ao próprio pensar (também universitário). Antes de mais nada, trata-se de não esquecer o passado, ou de suspender seu esquecimento – força plástica e ativa fundamental para a saúde e a felicidade (como pensou Nietzsche) – em favor da ação presente (p. 55), da não repetição indefinida do passado, abrindo o campo para a invenção de novos presentes (p. 57). Tal noção de memória não se confunde, portanto, com uma visão reverente ou perigosamente apologética do passado, que o sacraliza e monumentaliza, por exemplo, em comemorações oficiais. Tampouco se afasta da importância atribuída por Nietzsche ao esquecimento, na medida em que a memória se põe a serviço da vida, aproximando-se do potente tema nietzschiano da memória da vontade, da memória voltada para a ação presente e o futuro.

Em lugar da forma oficial, e em geral truculenta, de *Erinnerung* (cf. Hegel), Gagnebin retoma o conceito benjaminiano de *Eingedenken* (rememoração), muito mais afeito à inevitável incompletude dos relatos, atento às vozes que não puderam ser alçadas nem à lembrança nem à palavra. Tal conceito encontra-se igualmente vinculado ao tema benjaminiano do historiador como sucateiro (*Lumpensammler*), coletor de trapos e farrapos que foram descartados, narrador que recolhe restos e rastros, tomando para si a tarefa de lutar contra o esquecimento produzido pela tradição oficial ou dominante, em favor da vida e dos vivos de seu próprio tempo. Ao tomar para si o trabalho de recolher restos insuspeitados e decifrar rastros, o historiador assume a tarefa de “transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (p. 47), lutando contra a repetição do horror e ajudando a cavar, para os mortos insepultos, um túmulo - termo que, como Gagnebin oportunamente enfatiza, em sua forma grega (*sêma*) pode ser remetido, significativamente, tanto a túmulo, sepultura quanto a signo, rastro.

Como Gagnebin ressalta em várias passagens, esquecer os mortos, ocultar ou denegar seu assassinato implica permitir não apenas a repetição do horror, mas também o violento apagamento da lembrança mesma dos crimes – o que equivale a uma morte muito mais definitiva e a um perigo ainda mais efetivo de repetição. Uma das inquietações que mais ecoam no livro remete a uma linhagem de pensadores após Auschwitz, sobretudo a Adorno e Primo Levi, responsáveis, segundo Deleuze, pela introdução da *vergonha* de ser um homem (cf. Deleuze, *O que é a filosofia?*) no campo do pensar filosófico. O próprio retorno de passagens e temas, no livro de Gagnebin, parece visar a agir sobre nossas memórias enfraquecidas, contrariando todas as forças de apagamento operantes em nossa cultura (da história oficial ao bombardeio constante de informações). O tema dos mortos insepultos (no duplo sentido de *sêma*), no livro, partindo das elaborações adornianas acerca da impossibilidade de se escrever um poema após Auschwitz, também se estende a outros mortos sem voz ou túmulo, do genocídio armênio aos “desaparecidos” na América Latina.

No caso de Auschwitz, acompanhando Primo Levi, Jeanne Marie ressalta de que modo a “solução final” também buscou anular qualquer tipo de rastro e resto, de modo a inviabilizar a possibilidade mesma de uma história dos campos. De fato, quando se tornou evidente que não seriam vitoriosos para erigir e controlar versões oficiais, os nazistas explodiram câmaras de gás e fornos crematórios, desenteraram e queimaram corpos em decomposição, destruindo também os arquivos dos campos (p. 46). Emblemático ainda dessa violenta estratégia de apagamento (o aniquilamento dos próprios registros), um sonho inquietante de Primo Levi retorna, assombrando as páginas do livro e convocando nossa reflexão. Trata-se de um sonho, segundo Levi, freqüente em vários sobreviventes da Shoah: ao voltar para casa e experimentar a felicidade de poder contar aos amigos e próximos o horror experienciado, percebe, desesperadamente, que ninguém escuta, que os ouvintes se levantam para ir embora.

Embora se refira ao tema adorniano da “irrepresentabilidade” da experiência do horror, Gagnebin prefere ressaltar outro aspecto aterrador expresso nesse sonho: a indiferença, o fato de o relato não encontrar ouvinte, permanecendo sem testemunho ou inscrição histórica. Essa figura tenebrosa da indiferença, ressaltada pela autora, convoca nossa reflexão

acerca do esgarçamento atual de todo compromisso ético e político, podendo ser identificado a uma outra face (talvez mais covarde, embora igualmente insidiosa) de posturas negacionistas mais ativas, tal como as perspectivas históricas ditas revisionistas (ou negacionistas) que, desde os anos 80, têm se esforçado por negar a existência mesma dos campos de concentração. A toda expressão do “relativismo complacente, apático, dito pós-moderno” – nietzschianamente denunciado como avesso “sem brilho” de todo positivismo dogmático (p. 43) –, Gagnebin opõe o forte vínculo entre escrita, ficcionalidade, ação política e linguagem humana, propondo uma noção de responsabilidade para além da moral e de seus pretensos universalismos.

O tema oportuno da indiferença é igualmente enfatizado na enriquecedora leitura que Gagnebin opera da novela “Na colônia penal”, de Kafka. Optando por uma leitura “literal” (não alegorizante) dessa inquietante novela – que aliás presentifica o seu retorno em nossa memória, como na maioria das vezes em que a autora relê textos –, Jeanne Marie ressalta a fina ironia de Kafka, que, ao fazer do personagem do viajante ou pesquisador (*Forscher*) ouvinte dos relatos sobre o obsoleto processo judicial em vias de ser extinto na colônia penal, inclui o leitor (homem igualmente moderno, racional, dotado de princípios humanitaristas) no texto. Essa figura da indiferença revela, então, todos os seus matizes, não apenas na tentativa de manter-se neutro, imparcial, respeitoso das diferenças culturais (Kafka endereçando-se às máscaras atuais do niilismo, também sob a forma da tolerância multiculturalista), mas também ao tomar, ao final, o caminho da fuga da ilha e, sobretudo, ao impedir que homens (segundo a novela) embrutecidos e socialmente desfavorecidos fujam com ele, saltando para o mesmo barco. Aí então se revela a outra face, violenta, de sua/nossa suposta “neutralidade”.

Lembrar é, portanto, urgente. Entretanto, lutar contra o esquecimento em favor dos vivos implica, igualmente, investir contra a transformação de Auschwitz (ou de toda barbárie) em mera mercadoria, em produto cultural de sucesso, facilmente digerível e assimilável, em versões artisticamente estilizadas. Daí porque cumprir a “tarefa paradoxal de transmissão e reconhecimento da irrepresentabilidade” do que, “justamente, há de ser transmitido porque não pode ser esquecido” (p. 79) exige repensar o estatuto da escrita e da narração. Se, como Nietzsche já pensava, o que é mais profundo ama e quer a máscara, narrar o irrepresentável, inviabilizando a transformação do horror em produto cultural assimilável, convida a virtude nietzschiana do pudor (que também se diz *Scham*, como “vergonha”), da máscara, como modo efetivo de estar à altura da dor e do sofrimento dos mortos insepultos, sem estetizar a miséria, sem recair na torpeza da vitimização, rememorando o horror para evitar seu retorno e, enfim, liberar as potências luminosas do esquecimento.

Maria Cristina Franco Ferraz

Professora Titular de Teoria da Comunicação da UFF

Doutora em Filosofia (Universidade de Paris 1).

Publicou, entre outros, *Nietzsche, o bufão dos deuses* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994 e Paris: Harmattan, 1998)